



## O INGRESSO DO TEMA INDÍGENA NO ESPAÇO MUSEAL: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ (1985-2016)

### THE INDIGENOUS THEME ENTRY AT THE MUSEUM SPACE: THE CASE OF THE CAMBÉ HISTORICAL MUSEUM (1985-2016)

Bruna Garcia Catarino \*

**Resumo:** A inclusão da presença indígena no local que tem o poder de institucionalizar e propagar memórias e discursos, por meio do trabalho relacionado à educação patrimonial, é um desafio. Este trabalho teve por objetivo refletir como novos conceitos relacionados à presença do indígena, do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”, e da possível Missão Jesuítica “San Joseph” no município de Cambé, são expressos nas iniciativas do Museu Histórico de Cambé (MHC), no processo de educação patrimonial realizada com crianças das escolas municipais e o público visitante, onde há influência direta na formação da identidade e desmistificação do discurso da Companhia de Terras Norte do Paraná, disseminado na região desde a origem do município (déc. 1930). Buscou-se por meio do mapeamento dos relatórios de atividades do MHC, confeccionados entre 1985 a 2016, responder a problemática desta pesquisa: identificar quando e como o tema indígena adentrou o espaço da educação patrimonial do MHC.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Museu Histórico de Cambé. Sítio Arqueológico *Fazenda Santa Dalmácia*.

**Abstract:** The inclusion of the indigenous presence in a place that has the power to institutionalize and to spread memories and discourses, through its related work to the heritage education, comes as a challenge. That paper aims to ponder how these foreground and related concepts to the indigenous presence at the Archaeological Site *Fazenda Santa Dalmácia* and at the Jesuit Mission “San Joseph” in Cambé are expressed in the initiatives of the Cambé Historical Museum (MHC), in the process of heritage education accomplished with the children of local schools and the visitors, where there is a straight influence with the identity formation and in the demystification of the North Paraná Land Company discourse, widespread on the region since the fundation of the city in the mid-1930's. We sought by briefly describing the activity reports of MHC produced from 1985 to 2016, answer the key question that reverberates on the problem of this research: to identify when and how the indigenous theme stepped into the space of heritage education of the MHC.

**Keywords:** Heritage Education. Cambé. Historical Museum. Archaeological Site *Fazenda Santa Dalmácia*.

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social, bolsista pela CAPES, especialista em Patrimônio e História (2018) e graduação em História (2016) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atuou como estagiária no Museu Histórico de Cambé (2013-2016).



## Introdução

As populações indígenas no Brasil estiveram submetidas em diversos momentos ao silêncio, desde o século XVI, sua trajetória escrita por meio do olhar do colonizador, relegou-o ao posto de tutelado, servil, incapaz de ser responsável perante a legislação ou mesmo incapacitado de contar sua trajetória histórica nestas terras. Mas, tal silêncio forçado dos indígenas perante a sociedade nacional por vezes é quebrado, e em alguns casos a tônica desta mudança é tão plena que realiza um realinhamento na memória local e em seus discursos de pertencimento. É importante apontar que no Município de Cambé, região metropolitana de Londrina, tem-se destacado por meio do seu acervo e por tal quebra deste silêncio.

Um material rico, intrigante e crescente, que promove a cada dia uma mudança na educação patrimonial advém da hipótese da localização da segunda fundação da Missão Jesuítica “San Joseph” de 1625, uma das chamadas “Treze Missões Jesuíticas” fundadas na região no período da União Ibérica (1580-1640).

Desta forma, no que tange ao objetivo principal deste texto, buscou-se entender como esses novos conhecimentos e conceitos relacionados à presença do indígena e do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” no município de Cambé são expressos nas iniciativas do Museu Histórico de Cambé – MHC, principalmente no processo de educação patrimonial realizada com as crianças das escolas do município e também com o público visitante.

Tal ação perpassa pela discussão acerca da valorização do patrimônio cultural e da ocupação deste território em diferentes épocas, influências que atuam diretamente na formação da identidade da região. Assim, para realizar tal entendimento, foi feito um mapeamento dos relatórios de atividades do Museu Histórico de Cambé confeccionados pelos funcionários desde a fundação do MHC em 1985, buscando identificar na educação patrimonial o tema indígena no espaço museal. O período central deste estudo é referente aos anos 1985 a 2016.

O tema se justifica pela necessidade de se divulgar o trabalho do Museu Histórico de Cambé, com destaque nas atividades ligadas a educação patrimonial, e fomentação da importância da conscientização patrimonial da região, já que um dos objetivos da existência do MHC é a pesquisa e o ensino.

O trabalho proposto tem por motivações a falta de material neste sentido, uma carência de pesquisas na área. Tal motivação perpassa ainda pela ordem pessoal, devido ao estágio de



dois anos efetuado diretamente nesta questão da educação patrimonial. E com tal experiência percebeu-se este novo contexto, no qual há uma reorganização da identidade da região onde se inclui o indígena, o Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” e milhares de anos de ocupação territorial. Uma história que não começa com os colonizadores europeus, nem tão pouco com a Missão Jesuítica “San Joseph”, pois o Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” é apenas uma parcela de terra e somente um curto espaço de tempo. A história indígena abrange espaço e tempo muito maiores.

### A educação patrimonial e o museu histórico de Cambé

O território que compreende hoje a região Norte do Paraná, ao longo de sua trajetória apresentou a presença de colonizadores, tanto espanhóis como portugueses, populações indígenas, bem como Missões Jesuíticas. Porém, homogeneização do discurso vinculado e fomentado pelos seus moradores ao longo da história recente é ligada a uma herança europeia, uma memória que conecta esta região a ingleses, alemães, eslavos, entre outras etnias. Uma região que possui sua história e memória profundamente conectada ao projeto que compunha a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP<sup>1</sup>.

A CTNP promoveu a criação e a permanência de uma memória fortemente ligada a terra, em especial a sua cor e fertilidade. Tal questão já foi muito bem debatida pela historiografia paranaense nas décadas de 80 e 90, entre diversos historiadores e pesquisadores.

Mas há um fator importante neste discurso da CTNP: com a homogeneização do discurso desta ocupação, vista como sem problemas e conflitos, os povos indígenas que habitam esta região até os dias atuais foram omitidos da história. Um silêncio constante sobre esses povos, em contrapartida há um direcionamento da identidade da região para a cultura europeia. Canclini (1994) aponta que

O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. **Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados**, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de

<sup>1</sup> CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná, uma subsidiária da Paraná Plantation Ltda., formada por engenheiros, investidores, construtores e empreiteiros, que adquiriu 515.000 alqueires das melhores terras, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí em contrato com o Governo do Estado do Paraná, no ano de 1925.



ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, 1994, p.97, grifo nosso).

No entanto, houve uma ruptura deste discurso com a descoberta e estudos sobre as Missões Jesuíticas, que foram instituídas na região ainda no século XVII, e a grande massa de povos indígenas que aqui viviam. Tais estudos foram o estopim dos questionamentos que envolvem a relação entre memória, identidade e educação patrimonial.

Este município possui fragmentos e peças<sup>2</sup> do sítio arqueológico jesuítico que fazem parte do seu patrimônio cultural e que estão presentes neste processo de inclusão na memória da coletividade, processo de pertencimento e de reconhecimento da população sobre a história e patrimônio pertencente ao município. Os fragmentos que podem se tornar elementos marcantes e presentes nesta memória coletiva são principalmente de origem tupi-guarani<sup>3</sup>.

O pensar nesta inclusão da presença indígena remete a uma apropriação nova, uma memória coletiva reorganizada, que interfere não só na educação patrimonial, mas nas questões de reconhecimento patrimonial, além de intervir em demandas políticas, sociais e culturais.

Pensando desta forma, percebemos como a realização de novas perspectivas históricas e de uma educação patrimonial direcionada para a questão do indígena nos remete a novos personagens que delimitam a construção e alimentação do patrimônio de uma região e sua memória coletiva. Atualmente, um museu possui entre seus desígnios a educação patrimonial, o fomento da memória coletiva e a disseminação de informações históricas.

No Brasil, o termo museu possui hoje um arcabouço legal, a Lei nº 11.904<sup>4</sup> de 14 de janeiro de 2009, que tem a finalidade de definir a atuação dos museus da área pública, entre

<sup>2</sup> Um dos elementos marcantes desta cultura tupi-guarani é a cerâmica. Ela se caracteriza por uma grande quantidade de vasilhas feitas de barro, de diferentes formas e dimensões, compreendendo desde pequenas tigelas a grandes e bem elaboradas urnas funerárias. Normalmente estas cerâmicas se apresentam decoradas, embora, predominantemente ocorram recipientes sem decoração. Entre as decorações mais comuns ocorrentes na cerâmica tupi-guarani estão a corrugada, unguulada, escovada e pintada. Datações cronológicas absolutas, provenientes de sítios cerâmicos no Paraná, indicam que a técnica oleira manual empregada pelos tupi-guaranis, surgiu no espaço físico paranaense há cerca de 2.000 anos. Para mais informações ver CAMBÉ. Cambé: repensando a sua História. Cambé: Gráfica e Editora, 1992.

<sup>3</sup> Grupo dos agricultores-ceramistas. No início do século XVI, quando chegaram os primeiros europeus onde hoje é o estado do Paraná, já se encontravam na região as populações indígenas conhecidas como históricas. São elas: Os Guarani e Xetá do tronco linguístico Tupi, e os Kaingang e Xokleng do tronco linguístico Macro-Jê. Para mais informações, ver em MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª Edição Maringá: Eduem, 2008.

<sup>4</sup> Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).



outras diretrizes. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM possui em sua Política Nacional de Museus (PNM) a definição de Museu<sup>5</sup>.

O Museu Histórico de Cambé foi oficialmente fundado na data de 30 de outubro de 1985, tendo como objetivo principal a salvaguarda de objetos e as memórias dos fundadores da cidade. Atualmente localiza-se na Rua Otto Gaertner s/n, no centro do município.

O trabalho inicial promovido pelo seu Diretor e fundador César Cortez<sup>6</sup> foi antecedido por atividades de mobilização da comunidade cambeense, propondo recolher fotos, documentos, publicações e diversos objetos de interesse histórico, que desembocaram em doações de materiais indígenas (líticos e cerâmicos).

Percebe-se que a partir da sua fundação, o MHC desenvolveu uma série de projetos e realizações direcionados a priorizar os “pioneiros”, como os “Encontros de Pioneiros”, ou mesmo os eventos de confraternização. Tem-se em destaque as edições dos “Cadernos de Memória” e o “Projeto Memória”, que vinculado ao Jornal “Nossa Cidade”, retratava a vida dos pioneiros na região no início da trajetória do município.

O trabalho realizado na área educativa do MHC aparece desde o primeiro relatório de atividades de 1985, mas direcionado apenas a questões dos “pioneiros”. Diversos projetos desenvolvidos pelo museu são possíveis de serem identificados em meio a esta documentação. Eram direcionados em sua maioria a estudantes do ensino público e privado da região. São palestras, oficinas, exposições, monitorias entre outras.

Martha Marandino (2008), expondo certas características dos museus em seu princípio e suas mudanças ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, aponta que: “Perseguindo o ideal democrático do século anterior, o museu do século XIX pretendia ser um espaço pedagógico de vulgarização, de difusão e de aculturação, inserido num esforço geral de modernização da sociedade” (MARANDINO, 2008, p.09). Segundo a autora, esses ideais de base democratizante provocaram a abertura de mais museus pela Europa e pela América.

<sup>5</sup> Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valores históricos, artísticos, científicos, técnicos, ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (IBRAM, 2009). Ver mais em IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. 2009.

<sup>6</sup> César Cortez, nascido em Cambé, graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina. Tem formação como Jornalista, Historiador e Museólogo. Fundador e Diretor do Museu Histórico de Cambé, a partir de 1985 até os dias atuais. Faz levantamento de dados, documentação, fotografias e objetos para compor o acervo do MHC desde 1972, muito antes de haver o projeto de fundar um museu histórico no município.



Como referido anteriormente, o MHC possui suas atividades e ações educativas direcionadas em especial ao público escolar. Marandino (2008) nos fala a respeito de tal relação

#### Públicos escolares: estudantes e professores

Os serviços educativos das instituições culturais brasileiras e estrangeiras têm como um de seus principais públicos habituais as escolas. (...) As ações delineadas para essa tipologia de público pressupõem o trabalho em parceria, respeitando as especificidades educacionais de ambas as instituições – o museu e as escolas (MARANDINO, 2008, p.24).

Sobre a noção de educação patrimonial e ações educativas em museus a Legislação 11.904, de 14 de janeiro de 2009, refere de forma clara sobre as ações educativas<sup>7</sup>. Além disso, vários autores nos revelam suas perspectivas, entre eles Horta (2005), Pereira e Oriá (2012), Pereira (2008) e Meneses (2000), onde suas teorias e ideias se entrecruzam, possuem pontos incomuns e divergentes. Neste prisma, há o desenvolvimento da sensibilidade e consciência dos educandos na construção histórica e seletiva da memória e do patrimônio, numa troca de percepções da equipe educativa e do seu público, como uma oportunidade de formação aberta ao diálogo. Horta (2005) demonstra que

O objetivo e a estratégia fundamentais do trabalho da educação patrimonial são o levar as pessoas a perceber, compreender e a se identificar com o drama histórico, social e cultural encapsulado em cada objeto, em cada artefato, em cada expressão cultural que preservamos em nossos museus ou fora deles, como referencias para o presente e para o futuro. Imergir no drama do *tempo anterior*, ouvir as vozes de seus atores, colocar-se em suas peles e ossos, sentir suas alegrias e perceber suas angústias, seus temores e fracassos, é um exercício mental e emocional que pode fazer descobrir o quanto fazemos parte dessa história, de que modo ela se repete, e como poderíamos imaginar seus próximos capítulos... É preciso aprender a ouvir as coisas, a entender suas lições... (HORTA, 2005, p.224, grifo do autor).

O Instituto Brasileiro de Museus (2010), entre os objetivos da Política Nacional de Museus, estabelece o caráter inclusivo, bem como evidencia o processo de institucionalização

<sup>7</sup> Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. Para ver mais: BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de jan. de 2009. Estatuto de Museus, Brasília, DF, jan. 2009.



da memória, nesta importante relação entre os museus e as memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país<sup>8</sup>.

Entender a importância da educação patrimonial para a preservação e reconhecimento do acervo arqueológico, a presença do indígena e a do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” no município de Cambé perpassa tal questão da institucionalização da memória indígena. No caso do MHC, esta institucionalização é antecedida por uma valorização do pioneiro e suas ações educativas iniciais, passando posteriormente a ações ligadas às memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural.

A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo. (SCIFONI, 2015, p.198)

Relações essas que divulgam informações e se adaptam a novos parâmetros. Porém, em certos casos, como analisa Scifoni (2015), as práticas educacionais não se enquadram como um processo primordial, ou seja, são tratadas de formas rasas ou superficiais. Tal fato não se enquadra no caso do MHC, pois as atividades educativas se tornaram uma característica relevante, ao se analisar suas prioridades. Foi observada que ali a ação educativa é a principal atividade realizada. As outras atividades exercidas, até mesmo o atendimento e ajuda a pesquisadores, é deixada em segundo plano, para que o público visitante, principalmente as escolas, seja atendido preferencialmente e com exclusividade, com total dedicação do mediador (monitor). Nos relatórios é possível perceber que desde o início esta é a principal preocupação do MHC.

Nosso serviço Educativo e de atendimento à criança e ao jovem, tem por objetivo ensinar a ver o Museu a partir da relação com a vida e a responsabilidade do jovem pela preservação da memória Cultural da sua comunidade. Apesar dos poucos recursos que possuímos, tentamos realizar

---

<sup>8</sup> Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país. (IBRAM, 2010, p.08). Para mais informações ver IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. 2009.



um pequeno trabalho que registramos com redações e desenhos que seguem em anexo (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1987).

Entendemos que analisar estas ações promovidas pelo MHC é de grande importância para o reconhecimento da presença do indígena na região. Tal presença altera a memória bem como o próprio patrimônio, pois segundo Pinheiro (2014):

Patrimônio é memória que não apenas transmuta um passado, mas constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade. (PINHEIRO, p.13, 2014).

Tais ações tão relevantes demonstram e evidenciam claramente como ocorre uma mudança, não só na memória coletiva, mas em uma de suas origens, a ação patrimonial, que no caso do município de Cambé foi alterado devido a uma quebra de silêncio de pelo menos 500 anos.

### **A quebra de silêncio no museu histórico de Cambé: sítio arqueológico fazenda Santa Dalmácia**

A sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua memória coletiva através da relação constante ao seu passado mitológico, histórico e, principalmente, simbólico e religioso. A história oficial e, por consequência, a mais divulgada sobre o município de Cambé, tem seu início principalmente a partir da chegada da CTNP no início da década de 1930.

Como dito anteriormente, esta memória possui um importante papel na região, que foi eleita não ao acaso, e sim primeiramente pelos rumores de sua fertilidade. Ao ser comprovada essa suspeita, um capital estrangeiro, com seus resultados em mãos delimitam as futuras terras da CTNP na região conhecida como Norte do Paraná. Assim, podemos entender quando Poulot explana que “O patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens”. (2009, p.15)

Cambé, primeiramente denominada Nova Dantzig, se inclui nesse contexto do empreendimento imobiliário desenvolvida pela CTNP. Entre os habitantes dessa ocupação do espaço por volta do ano de 1932, encontra-se em um primeiro momento imigrantes da cidade

livre de Danzig<sup>9</sup> – por esse motivo a primeira denominação da cidade se justifica. Essas pessoas fugiam do desemprego e do contexto de crise existente neste período pós-queda da bolsa de 1929. Com o passar do tempo, e da propaganda realizada pela CTNP em outros Estados do Brasil e no exterior, imigrantes de diversas etnias e lugares se estabelecem na região.

Desta forma resume-se a primeira história oficial, divulgada durante décadas, pela memória coletiva, bem como por meio da educação patrimonial promovida pelo MHC. Percebe-se assim um alinhamento ao histórico europeu, e por sua vez há um realinhamento desta memória com o passar dos anos. A própria educação patrimonial pode contribuir para a manutenção dessa história, como observa Néstor Canclini

Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de **luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos**. [...] Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos **grupos dominantes**, ou porque tais grupos contam a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para **controlá-los melhor** (CANCLINI, 1994, p.97, grifos nosso).

Bosi (1987) nos fala que “a memória é a reserva que se dispõe da totalidade de nossas experiências” (BOSI, 1987, p. 13). Podemos entender com isso que as memórias vão muito além da questão individual, depende de uma relação coletiva, que Halbwachs (1990) por sua vez chama de “memória coletiva”.

Pollak (1989), em observação às pesquisas realizadas com memórias de sobreviventes dos campos de concentração nazistas da Segunda Guerra, refere-se às zonas de sombra, silêncios e “não-ditos” que obscurecem as lembranças. “As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” (POLLAK, 1989, P.07).

Bosi (1987) fala que os homens tecem suas memórias a partir das diversas maneiras de interagir com outros indivíduos, e como esses indivíduos não mantém contato em apenas um grupo, assim diversas relações sociais são estabelecidas. Portanto, as memórias individuais vão expressar como resultado o caminho de cada um ao longo de sua vivência.

<sup>9</sup> A Cidade Livre de Danzig estava localizada entre os territórios alemães da Pomerânia e Prússia Oriental, no denominado “Corredor Polonês”. Devido a essa localização, Danzig foi palco de muitos conflitos. (CORTEZ, 2012, p.25). Para mais informações sobre a história da Cidade Livre de Danzig ver: CORTEZ. Edna Scalón. Danziger Hof: a hospedaria dos danzigueiros em Cambé. 2012.



Pollak (1989) nos revela em seu texto “Memória, Esquecimento, Silêncio” que há uma seletividade da memória, bem como um processo de “negociação”. Tal processo de seletividade da memória e de negociação apresenta-se no relatório de atividades do ano de 1985 (ano de fundação), onde não se mostra em suas páginas uma relação com o indígena ou mesmo sua cultura. Tal tema apenas é indicado nas futuras ações. “Pesquisar sítios históricos no município em busca de vestígios de povos indígenas que habitaram a região.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1985).

Os relatórios de atividades do MHC dos anos de 1985 á 2011 se encontram em sua maioria em formato físico de páginas encadernadas. Os que são considerados mais relevantes possuem cópias em preto e branco, também físicas e encadernadas. Alguns a partir de 2006 até os dias atuais se encontram apenas em formato digital e algumas fotografias estão separadas do corpo do relatório. Todos se encontram em bom estado de conservação e poucos possuem paginação. São organizados em sua maioria em tópicos, e subtópicos, onde os títulos indicam o que ali está sendo apresentado. Também possuem algumas fotografias e tabelas, informando público visitante das exposições e projetos ali realizados.

O material está aberto à consulta de pesquisadores em geral. No caso específico desta consulta, foi realizado de forma livre, onde se puderam registrar cópias em formato de fotografias, no caso dos relatórios físicos, e os em formato digital, encaminhados via e-mail.

No ano seguinte da fundação do MHC (1986) e os subsequentes dessa década, há exposições indígenas de objetos advindos das gincanas promovidas pelo MHC em meio à comunidade cambeense, em destaque a escolar e de outros coletados ou comprados em municípios da região, como veremos mais a frente. Assim, percebe-se a introdução do tema indígena nas ações do MHC, em específico, as ações educativas direcionadas ao público escolar.

Tal ação educativa, de exposição de objetos indígenas realizada no mês de setembro, teve no seu ano de 1986 o alcance de 484 visitantes advindos em sua maior parcela do meio escolar municipal segundo o relatório de atividades daquele ano. Para tal ação, houve um levantamento de peças vindas principalmente da Reserva Indígena de Tamarana<sup>10</sup>, - como era

<sup>10</sup> “Terra Indígena Apucaraninha totaliza 5.575 hectares localizados na bacia do Tibagi, na confluência dos rios Apucarana Grande ao sul e Apucaraninha ao norte, a uma distância aproximada de 80 km do município de Londrina e a 25 km do município de Tamarana. A área está dividida em quatro aldeias: aldeia Sede, onde reside a maioria das famílias, aldeia Barreiro, aldeia Serrinha e a aldeia Água Branca, a mais recente, criada em 2011.”



denominada naquele momento - em maior quantidade, e alguns coletados durante a realização das gincanas e de doações esporádicas, em menor quantidade. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1986).

Também, ocorreram viagens ao município de Santo Inácio, nas ruínas da Redução Jesuítica “San Ignacio Miní”<sup>11</sup>, presente neste município, para conhecimento do local e arrecadação de objetos indígenas e jesuíticos, assim como descreve o relatório no tópico “Viagens de Pesquisa”, item 01.

Há também anexados aos relatórios desenhos, redações e atividades desenvolvidas pelos alunos que realizavam as visitas ao MHC. Mas apesar da já realização de ações educativas com a temática indígena, na maioria dos desenhos e redações se observa a predominância do pioneiro, seus feitos e de seus objetos localizados na exposição.

No ano de 1987, um desenho (imagem 2) onde consta localizada a Fazenda Santa Lina, na qual se encontra a divisa do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” (embora neste momento não se houvesse constatado ainda a localização da possível Redução Jesuítica “San Joseph”, como se verá adiante, indica que muitos dos objetos doados e arrecadados pelo MHC eram provindos desta região do município).

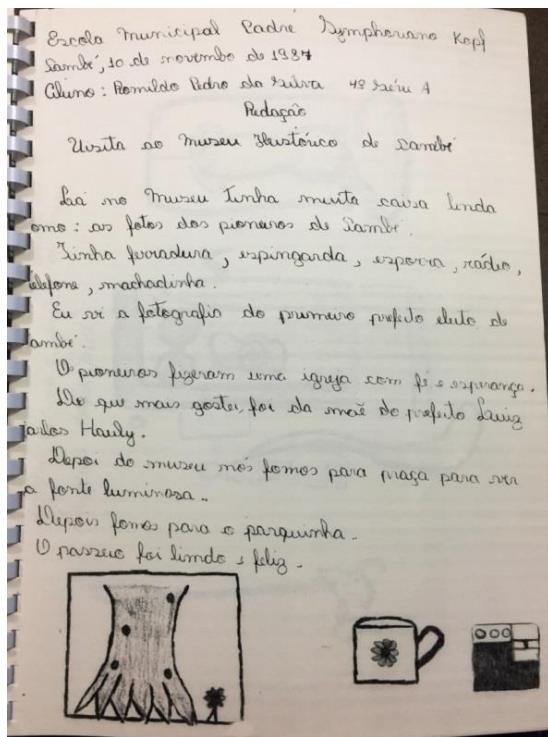
Este começo de mudança de direcionamento na ação educativa revela uma questão um pouco mais ampla, pois demonstra um percurso sobre o olhar para a presença indígena e a cultura indígena.

---

(MENEGUSSO, 2017, p. 131). Mais informações sobre a Terra Indígena Apucaraninha, consultar MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. Da cerâmica arqueológica Itararé – Taquara à cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no baixo Tibagi, Paraná. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2017.

<sup>11</sup> Sobre a Redução Jesuítica de Santo Inácio ver MOTA, Lúcio Tadeu (org.). Redução Jesuítica de Santo Inácio. Maringá: EDUEM, 2010.

**Imagen 1 e 2 - Relatório de atividades de 1987.**



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Cambé

Maria Regina Celestino de Almeida (2010) afirma que os antropólogos e historiadores realinharam a representação, bem como a análise dos povos indígenas, emergindo assim a reformulação de alguns conceitos e teorias para se pensar sobre as relações entre os povos. Assim, os povos indígenas conquistam o que a autora chama de “lugar no palco da história” no momento em que antropólogos e historiadores

[...] valorizam os diferentes significados das ações humanas para entender os processos históricos. [...] Reconhecem que as trajetórias históricas vividas pelos povos são importantes para uma compreensão mais ampla de suas culturas. (ALMEIDA, 2010, p. 21).

Tal fato ocorreu nos anos finais da década de 1980, a imagem acima nos revela já questões relacionadas à Fazenda Santa Lina, uma das principais fazendas da área rural.

O indígena até então não se revelava efetivamente em meio a essas produções, demonstrando o silêncio imposto à sua cultura até o presente momento. O indígena e sua cultura perpassaram por diversos momentos de silenciamento e negligência. Temos inicialmente um recorte temporal onde a busca pela formação da nação estava diretamente ligada à necessidade



de construir uma memória coletiva, de pertencimento territorial para, assim, instituir uma identidade em comum. A invisibilidade indígena – e negra – até então imposta, agora se tornava uma questão a se pensar.

Outra questão a ser levantada é sobre os atores envolvidos em todos esses anos nessa instituição. Sabemos da importância de se fazer esse levantamento, contudo, isso será feito em pesquisa futura, já em realização, com maior extensão de dados e documentos, avaliando em conjunto se as práticas desses sujeitos reproduziram e/ou reproduzem estigmas e preconceitos em torno da temática indígena ali executada.

Tal questão se resolveu por meio da atuação dos padres jesuítas, que catequizaram milhares de indígenas durante décadas, fragilizando-os, bem como concomitantemente sua cultura, como nos revela Do Rosário e Melo (2015), os padres jesuítas tinham por objetivo a catequização indígena, o batizado, a obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa, além de outros costumes característicos do europeu. Desse modo, impõe práticas atípicas para os nativos que contribuíram para uma maior presença lusitana.

Expulsos da América portuguesa no século XVIII, tal processo de atuação dos jesuítas em meio aos indígenas se refaz na primeira década do período republicano (1890), quando há uma retomada da oferta às “populações indígenas de ensino suplementar associado ao ensino de ofícios, voltados às necessidades locais, sob o comando das missões religiosas, que fundaram alguns internatos para a educação de meninos e meninas.” (BRASIL, 2007, p. 13).

No início do século XX há um segundo momento da educação indígena e de diversas mudanças culturais e comportamentais dos indígenas, buscando atingir “O modelo de governo idealizado, e que foi em certos casos com certeza implementado, procurava atingir a totalidade das atividades nativas, inserindo-se em tempos e espaços diferenciados dos ciclos, ritmos e limites da vida indígena.” (BERGAMASCHI E MEDEIROS, 2010, P.57).

Temos assim uma alteração na visão a respeito do indígena e sua cultura, que é repensado. Podemos confirmar essa baliza temporal com as mudanças ocorridas a partir da criação dos órgãos governamentais.

Nos anos seguintes, com a instauração e consolidação do regime republicano, o Estado sistematizará uma política indigenista com a clara intenção de mudar a imagem do Brasil perante a sociedade nacional e mundial. Órgãos governamentais são criados com as funções de prestar assistência aos índios e protegê-los contra atos de exploração e opressão e de gerir as relações entre



os povos indígenas, os não-índios e os demais órgãos de governo. Nesse espírito, cria-se em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que será extinto em 1967, sendo suas atribuições repassadas para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (BRASIL, 2007, p. 13).

Corroborando com essas mudanças, Bergamaschi e Medeiros (2010) afiançam que na década de 1970 houve um grande movimento, que se apresentou complexo, heterogêneo, e que organizou os povos originários “com o apoio de setores da Igreja, da universidade e de ONGs, e em consonância com os movimentos indígenas internacionais, explicitam suas reivindicações pelo direito à diferença, à terra, à saúde e à educação diferenciada.” (BERGAMASCHI E MEDEIROS, 2010, p.60).

Na visão destas autoras houve, a partir deste momento, “a atuação indígena no processo constituinte da década de 1980, a Constituição Federal em 1988 assegurou direitos importantes às suas sociedades, entre eles o direito à escola diferenciada.” (BERGAMASCHI E MEDEIROS, 2010, p.60), reconhecendo também neste momento a diversidade cultural.

Assim, tais reivindicações são concretizadas na Constituição de 1988 e, portanto, um momento histórico que trás consigo questões ligadas a tentativas de respeito da questão indígena e da sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; questões estas presentes no acervo do MHC, suas exposições e nas medidas adotadas.

Desta forma, temos a década de 1980, em que as questões indígenas no MHC aparecem em voga advinda da Legislação. Fato diferente da década seguinte, 1990, em que há a introdução na memória, no acervo e na educação patrimonial de um discurso da presença indígena por meio dos vestígios arqueológicos da Fazenda Santa Dalmácia.

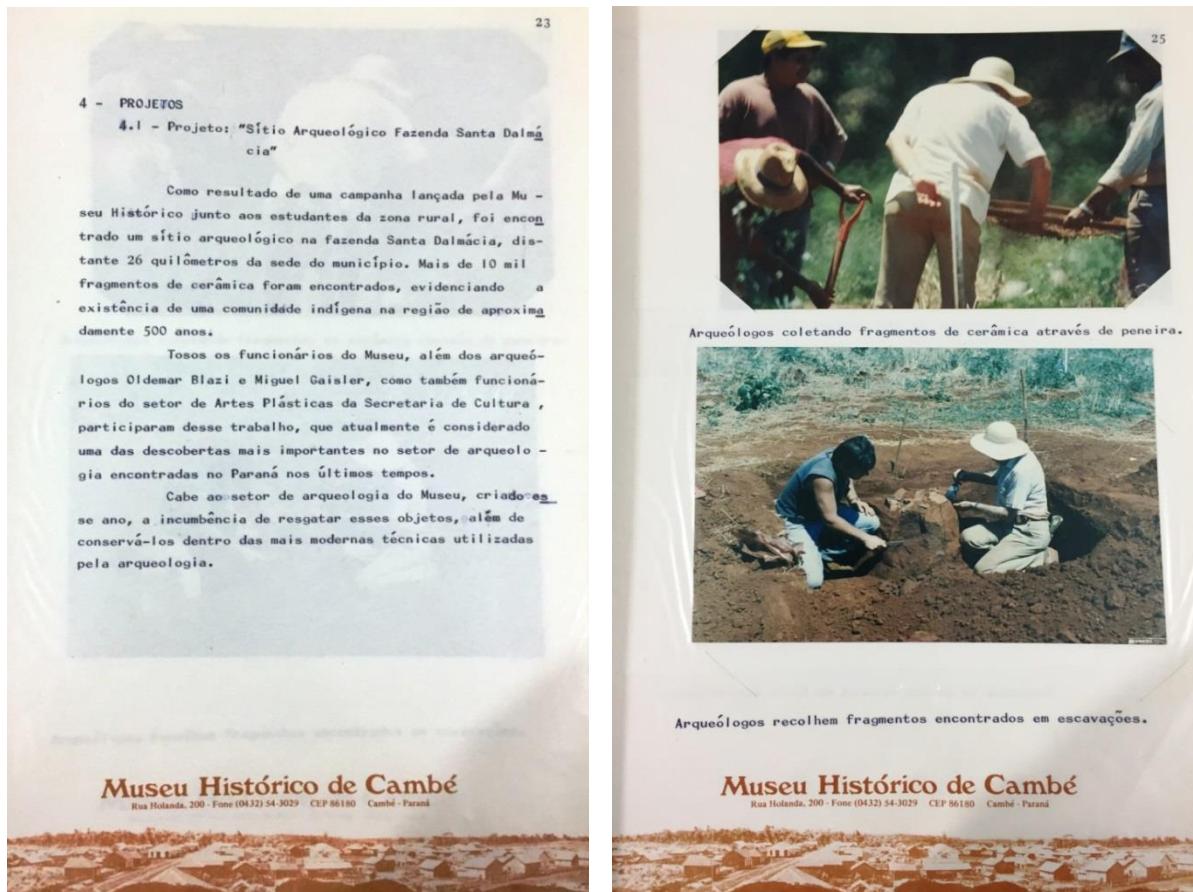
### **A cerâmica remanescente: a história repensada e a educação patrimonial**

Por volta de 1990, o Museu Histórico de Cambé inicia um projeto para a captação de peças indígenas motivado por algumas doações já feitas anteriormente pelo professor João Sabaini e moradores da zona rural da cidade. Este projeto tinha o objetivo de incentivar a população em geral, mas especificamente da zona rural, no levantamento de material para o museu. O projeto foi bem empreendido, diversos fragmentos e recipientes de cerâmica e peças líticas foram captados.

Então, a partir desse primeiro momento de captação de peças, um estudo investigativo foi realizado pelos arqueólogos Oldemar Blasi e Miguel Gaissler, pesquisadores do Museu

Paranaense neste período, no início da década de 1990, que identificaram o chamado Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”, onde foram realizadas escavações e identificadas por volta de dez mil fragmentos e peças, inclusive inteiras. (Imagem 3 e 4).

**Imagen 3 e 4** - Relatório de atividades de 1990.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Cambé

A partir desta mudança para materiais históricos e arqueológicos advindos da área do município, inicia-se uma perspectiva de educação patrimonial no MHC, no qual a inclusão de conhecimentos e conteúdos das escavações e levantamentos documentais, bem como estudos acadêmicos ligados à datação das peças, entre outras atividades (mesmo não acadêmicas, como institucionais, jornalísticas etc.) são concretizadas.

Em evidência tem-se a participação efetiva da população, seja por meio de doações, seja por presença nas escavações, como bem registra as imagens dos relatórios. Scifoni (2015) aponta em suas análises sobre projetos de ações educativas que



Muito mais do que indicar no mapa o que deveria ser considerado patrimônio, estes moradores também foram parceiros fundamentais na realização das visitas técnicas aos bens, uma vez que se constituíram como mediadores entre os profissionais do patrimônio e os proprietários dos imóveis [...] (SCIFONI, 2015, p.199).

Atividades em conjunto com a população foram realizadas pelo MHC, revelando uma participação incipiente, mas promissora. A própria localização dos objetos arqueológicos foi realizada graças às doações e buscas dos moradores rurais, principalmente pelas crianças da região onde se encontra o Sítio Arqueológico. Após isto, a mediação com os proprietários da terra para que fossem realizadas escavações no local foi estabelecida, e assim os moradores e funcionários da propriedade ajudaram nos trabalhos realizados no local.

Entre 1992 e 1999, alunos do Curso de Artes e Design da Universidade Estadual de Londrina, coordenados pela professora Maria Sherlowski e a arqueóloga Dra. Cláudia Inês Parellada, do Museu Paranaense, com colaboração do professor Dr. Carlos Appoloni, coordenador do Laboratório de Física Nuclear da UEL, realizaram estudos mais aprofundados com o objetivo de melhor identificar os vestígios recuperados por Blasi e Gaissler, que segundo o projeto anexado ao relatório de atividades de 1992<sup>12</sup>, teriam disso coletados cerca de quatro mil peças. Realiza-se o projeto “Cerâmica Indígena: Recuperação e Memória” com o apoio da Prefeitura Municipal de Cambé, Secretaria de Cultura de Cambé, Museu Histórico de Cambé, Coordenadoria de Extensão à Comunidade CEC-UEL. Entre os objetivos, é interessante observar que há uma preocupação em desenvolver a consciência de preservação do patrimônio e cultura indígena da região, da memória cultural, recuperação do fazer artístico, artesanal, das técnicas e da recuperação da cerâmica indígena e a educação da comunidade em relação a essa memória silenciada.

Os fragmentos e recipientes de cerâmica tornaram-se algo concreto, bem como as peças líticas (almofariz, mão-de-pilão, lâmina de machado) que foram e são encontrados dentro dos limites do município, formando ao longo do tempo o Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”.

O desenvolvimento desse trabalho resultou em um projeto que destaca não apenas o município de Cambé, mas sim algo maior, a possível Missão Jesuítica “San Joseph” e o

<sup>12</sup> É relevante destacar a citação neste relatório do projeto, da impossibilidade de se realizar mais estudos no local do Sítio Arqueológico, pois as terras são de propriedade particular e seus donos não permitirem mais levantamentos sobre o local onde se realiza agricultura, fato que ainda ocorre nos dias atuais.



conhecido “Caminho Missionário”. Esta descoberta possui um alcance também em diversas regiões do Paraná, Paraguai e Argentina, representando assim “aspectos da cultura material dos índios que habitaram Cambé nos tempos pré-históricos.” (CAMBÉ, 1992, p.20).

Desta forma, após este primeiro levantamento, trabalho científico e de campo, o MHC desenvolveu diversos outros projetos de investigação arqueológica no município, bem como um realinhamento na sua educação patrimonial.

Somente por volta do ano de 2011 é que a arqueóloga responsável por este departamento no Museu Paranaense, Dr. Cláudia Inês Parellada, amplia suas análises com os materiais pertencentes ao Museu Histórico de Cambé, principalmente nas cerâmicas, e consegue identificar<sup>13</sup>

[...] o contato do Guarani com o europeu através do uso intensivo da pintura vermelha nas superfícies externas e internas dos vasilhames, além de formas características como bases de estatuetas, asas, alças e bases planas, entre muitos outros dados levantados (PARELLADA, 2013, p.11).

Assim como nos diz Menegusso, “Com o passar dos anos os padrões culturais dessas sociedades foram se modificando, mas foi a partir do contato com os não índios que o processo de mudança ocorreu de uma maneira mais acelerada. (MENEGUSSO, 2015, p. 3283). É importante localizar essas mudanças nas peças para se realizar a constatação dessa presença efetiva do não-índio e as peças cerâmicas entram para realizar essa comprovação, onde as mudanças abruptas demonstram uma interferência no fazer cerâmico, importante para diagnosticar esse contato com o “homem branco”.

A partir do momento em que essa caracterização do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” é feita, não só a sua conservação, restauração de estruturas e peças localizadas se faz importante, mas também de abertura do local para pesquisas e visitações, gerando uma prática turística. Todas essas questões, ainda em processo, desencadeiam ou influenciam diretamente na ação educativa presente e futura.

No ano de 2011 começou a se realizar um projeto denominado “Viagem Histórica ‘Pelos Caminhos de Cambé’”, em parceria com a Secretaria de Educação do município e que se estende até o momento dessa pesquisa. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2011).

<sup>13</sup> O anúncio do encontro da Missão Jesuítica “San Joseph” foi realizada pela arqueóloga na 9<sup>a</sup> Reunião de Antropologia do Mercosul, que foi realizada entre os dias 10 e 13 de julho de 2011 em Curitiba, sendo noticiada em vários jornais do Estado. Um deles é o Jornal “Folha de Londrina”.

Os principais objetivos desse projeto são proporcionar reconhecimento, valorização, conservação do patrimônio natural, cultural e histórico do município e assim conscientizar o papel do cidadão como sujeito histórico. O projeto consiste em três etapas: na primeira são realizadas palestras e semanas pedagógicas com os professores da rede pública municipal de ensino para capacitação dos mesmos. Em um segundo momento as professoras recebem o roteiro a ser realizado e assim podem antecipadamente preparar qual será a abordagem com os alunos. Na terceira e última etapa se inclui a passagem por lugares da cidade considerados históricos. Geralmente o MHC é a última passagem dos alunos, onde a monitoria é realizada por funcionários ou estagiários do mesmo. No primeiro ano do projeto se alcançou um total de 969 visitantes, sendo 34 turmas de escolas Municipais e 5 turmas de escolas Estaduais. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2011). No ano de 2011 o museu registra um total de visitantes de 1599 pessoas. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2011). É importante destacar, que esta marca só foi possível graças ao projeto empreendido.

**Imagen 5** - Visita programada ao Museu Histórico de Cambé de uma Escola Municipal – Projeto “Viagem Histórica ‘Pelos Caminhos’ de Cambé” – 2017



Fonte: Acervo pessoal.

A readaptação da educação patrimonial, que se deslocou da origem danziguense, do europeu, para a sua origem indígena, não tem sido algo simples ou tão pouco superficial, mas promove a quebra de um silêncio histórico incômodo. Houve um acréscimo de personagens a

memória local, as memórias da população. Como descreve Poulot (2009, p.12) “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio.”. Neste caso em específico, houve a quebra do silêncio e da

[...] construção do vazio demográfico. *O sertão esquecido, as terras devolutas, a região abandonada* são a expressão de uma ideologia que constrói espaços desabitados e apagam da história as populações indígenas e os pequenos posseiros (MOTA, 1994, p. 48. Grifos nossos).

Como referido anteriormente, o ponto caro a este estudo é a questão da educação patrimonial realizada pelo Museu Histórico de Cambé, a importância disso para a preservação e reconhecimento do acervo arqueológico, a presença do indígena e do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” no município, bem como a complexa apropriação pela sociedade de novos conhecimentos. Deste modo como Scifoni (2015, p. 200) nos destaca sobre Freire “a Educação Patrimonial sinaliza para uma concepção de educação de caráter dialógico [...] na qual se busca a consciência crítica, aquela que insere as pessoas como sujeitos no mundo – **uma educação libertadora.**” (grifo nosso).

O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca. **Um patrimônio reformulado que considere seus usos sociais**, não a partir de uma mera atitude defensiva, de simples recolhimento, mas com uma visão mais complexa de **como a sociedade se apropria de sua história, pode abranger novos setores** (CANCLINI, 1994, p. 113. Grifos nossos).

Como essas ações ocorreram e ocorrem e a maneira que isso afeta em relação à questão anteriormente citada, é percebido essa reformulação na ação educativa. A memória coletiva estar conhecida e direcionada ao projeto da CTNP, mas sim a percepção por meio da população do município de estabelecer uma ligação da região à ocupação do espaço pelos indígenas, desmystificando a questão do vazio demográfico e do sertão desabitado citado por Arruda (1997) e explicitado mais acima por Mota (1994).

## Considerações finais

Em resumo, percebe-se o indicativo da ação educativa patrimonial direcionada ao indígena desde os primeiros anos de existência do MHC, pois já sua fundação em 30 de outubro



de 1985 havia uma perspectiva evidenciada no relatório de atividades anual, produzido em dezembro daquele ano para o ano subsequente (1986).

Embora uma educação patrimonial efetuada por meio de materiais etnológicos indígenas advindos principalmente da Terra Indígena do Apucaraninha - e poucos realmente do município de Cambé -, observa-se uma tentativa de educação que respeita a diversidade pautada na Legislação vigente e sua obrigatoriedade de representação em consonância com as tendências sociais daquele período.

Já na década subsequente (1990) percebe-se, por meio dos relatórios de atividades, que há um realinhamento da educação patrimonial. A mostra de indícios e fragmentos se descoloca para a presença indígena efetiva com a afirmação e localização do Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia.

Há a necessidade de se repensar na educação patrimonial a partir do momento em que na maioria das instituições, programas patrimoniais, ações educativas e afins, se aborda a perspectiva tradicional do conhecimento e ensino da população sobre patrimônio, sempre pensando na transmissão da cultura baseada na celebração. Faz-se necessário entender os significados atribuídos pela população e o que ela considera como seu patrimônio. Reconhecer a histórias e as perspectivas de suas vivências e assim os incluir na participação social do processo de identificação e então, proteção de seu patrimônio.

Levantados e considerados os pontos aqui apresentados, será possível avaliar além do micro, que foi o caso desse estudo sobre o Museu Histórico de Cambé. A ampliação da análise para os outros museus e instituições da região é relevante, abrangendo o macro e as relações estabelecidas entre esses lugares de memória, seus imbricamentos e/ou distanciamentos, tanto regionais como nacionais, e porque não internacionais!? Essa abrangência é um dos objetivos estimuladores para novas pesquisas, partindo tanto pelo autor que aqui vos fala como para futuros estudos realizados partindo daqui.

Sendo assim, é necessário refletir o todo. Como nossos bens nos foram apresentados e qual é nossa herança coletiva, e abordar sua totalidade explicativa dos fatos históricos e suas relações conflituosas. A partir disso, uma “nova pedagogia” do patrimônio, livre de amarras a cartilhas, manuais ou guias, que possa trazer novos modos de fazer as ações educativas de forma crítica ao passado e da memória oficial.



O museu se compreendendo como um lugar onde não se obtém a verdade absoluta e descobrindo suas falhas e acertos, consegue melhor se estabelecer, se enxergando como um lugar de ensino, onde os diversos públicos possam dialogar e se reconhecer dentro do museu, seja ele qual for. Graças às mudanças no olhar sobre os museus, o seu papel e suas práticas, a criatividade e suas fronteiras foram se ampliando, tornando-se assim, um lugar plural e diverso.

Através dos levantamentos feitos nos relatórios de atividades do MHC pôde se constatar uma crescente em relação à presença indígena na região, sendo possível identificar em futuros estudos, qual a relação dessas ações educativas realizadas ao longo dos anos, na formação da identidade cambeense. Percebe-se por meio da análise da documentação referente aos relatórios, que se mostram completos e minuciosos, a presença da memória indígena na educação patrimonial mesmo antes da evidenciação do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”.

## Fontes

Acervo do Museu Histórico de Cambé, setor de Documentação (relatórios de atividades, ações patrimoniais, projetos etc.).

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a História e a memória. Bauru: Edusc, 1997.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000200004>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola** – Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de jan. de 2009. **Estatuto de Museus**, Brasília, DF, jan. 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1987.



CAMBÉ. **Cambé:** repensando a sua História. Cambé: Gráfica e Editora, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

DO ROSÁRIO, Maria José Aviz; DE MELO, Clarice Nascimento. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 15, n. 61, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, Brasília, Iphan, 2005, pp. 220-233.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/>. Acesso em: 17/02/2018.

MARANDINO, Martha; et al. **Educação em museus: a mediação em foco/ Organização Martha Marandino**. São Paulo: GEENF/FEUSP, 2008. 36 p. Disponível em: <<http://parquecientec.usp.br/wp-content/uploads/2014/03/MediacaoemFoco.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. OS CERAMISTAS TUPIGUARANI E ITARARÉ-TAQUARA: OCUPAÇÃO, HISTÓRIA E PRESENÇA EM LONDRINA/PR", p. 3277-3289. In: **Anais do VII Congresso Internacional de História**. Maringá, 2015. ISSN 2175 – 4446. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1176.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. Da cerâmica arqueológica Itararé – Taquara à cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no baixo Tibagi, Paraná. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2017.

MENESES, Ulpiano Bezerra T. Educação e Museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p.61-90, jan./jun.2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

PARELLADA, Claudia Inês. Sítio arqueológico Fazenda Santa Dalmácia: uma das fundações da Missão Jesuítica de San Joseph, Guairá, século XVII. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v.4 n.8 jan/jun 2013, p.8-12. Disponível em [http://www.uel.br/museu/publicacoes/Boletim\\_08.pdf](http://www.uel.br/museu/publicacoes/Boletim_08.pdf). Acesso em: 25 jan. 2017.



PEREIRA, Júnia S. Aprendizagem do ensino de história em museus. In: X Jornadas Nacionales y I Internacional de Enseñanza de La Historia. (APEHUN), 2008. Universidade Nacional de Río Cuarto, 2008.

PEREIRA, J. S.; ORIÁ, J. R. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 1, p. 161-171, 6 nov. 2012.

PINHEIRO, Adson. **Patrimônio Cultural**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII---XIX**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In PINHEIRO, Adson (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**, v. 1, Fortaleza: Secultfor/Iphan, 2015, pp. 193-206.